

Função parlamentar deve ser valorizada

28 JULY 1969

O fim da aprovação de projetos de lei por recurso de prazo; o retorno das prerrogativas do Congresso para legislar sobre matéria tributária e fiscalizar os gastos públicos; a redefinição da aplicação da imunidade parlamentar e a objetividade na condução dos trabalhos são algumas das modificações propostas por Paulo Brossard e Jarbas Passarinho para a revalorização da função parlamentar.

O consultor geral da República e o ex-senador e ex-ministro de diversos governos da Velha República falaram ontem para cerca de 200 pessoas que participam, no auditório Petrônio Portella, no Senado, do I Encontro Nacional de Servidores de Legislativos e do II Encontro Nacional de Diretores de Legislativos.

Discorrendo sobre o tema "O Poder Legislativo — prerrogativas, virtudes e limitações; futuro do Legislativo; imprensa e Legislativo e Constituinte", Brossard e Passarinho defendem o Congresso como guardião máximo da democracia, reconhecendo as limitações impostas pela Ve-

lha República com o fim das prerrogativas e uma certa distorção da atividade parlamentar oriunda desta falta de liberdade para legislar e fiscalizar.

Jarbas Passarinho foi mais enfático, criticando abertamente o Congresso através de comparações do parlamento americano (não trabalha a maior parte do ano e depois varia madrugadas aprovando projetos de lei a toque de caixa, no final da atividade parlamentar; aprova mais orçamento para atividades bélicas e depois projeto de lei limitando as pesquisas americanas no setor, e por aí), mas fez propostas objetivas para a melhoria da atividade parlamentar.

Na sua opinião, além das prerrogativas, o Congresso deve aperfeiçoar seu quadro de assessores parlamentares para dar melhor suporte a deputados e senadores; os deputados devem utilizar mais o requerimento de informação, para exigir do Executivo satisfação de suas atividades; defendeu a volta da interpelação aos ministros de Estado; e trabalhos mais sérios nas comissões, principalmente

nas CPIs, que na sua opinião devem dar um raio X do problema abordado, contribuindo assim para a sua solução.

Jarbas Passarinho abordou também a atuação individual dos parlamentares, defendendo que eles façam melhor uso da palavra, ao invés de longos discursos que não dizem nada. Por fim, apelou para que eles atuem como verdadeiros homens de Estado, "dizendo sempre a verdade, com lucidez e coragem, mesmo que isso lhes custe o mandato".

A Constituinte foi abordada apenas por Paulo Brossard, que reiterou a sua posição por uma Constituinte congressual e ao mesmo tempo ordinária, e por uma Constituição simples, mas definitiva. "Meu voto é que seja feita uma lei razoável, para ser cumprida nas horas boas e nas horas más. Já é tempo de aprendermos que a democracia não se consolida se não a praticamos. A nova Constituição deve consolidar a democracia, de tal forma que as novas gerações não tenham mais que reformulá-la", alertou.